

# 1 Introdução

A formação política para o laicato, na Igreja do Brasil, não é uma novidade. Ela vem acontecendo sob diferentes modalidades, nas diversas épocas da história recente do País, a partir dos desafios e dos paradigmas que caracterizam os diferentes períodos. O foco deste trabalho dirige-se para uma feição contemporânea desse aspecto da formação, representada pelas “Escolas de Formação Fé e Política”.

Essas Escolas tornaram-se parte da realidade recente na Igreja do Brasil. A primeira experiência neste sentido começou em 1991, na Diocese de Ji-Paraná (RO). Em seguida, tendo como motivação a Campanha da Fraternidade de 1996, cujo tema foi “Fraternidade e Política”, surgiram outras escolas, algumas na preparação à própria Campanha, outras motivadas por ela.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fez contato com essas Escolas, que se destinam à formação política dos cristãos leigos e leigas, ligadas às Dioceses, aos seus Regionais, assim como a Universidades, Institutos e Movimentos eclesiais. A partir disso, a Assessoria Política da Conferência organizou, em abril de 2004, em Brasília, um “Seminário Nacional de Fé e Política”, que reuniu algumas dessas Escolas. Como resultado concreto dessa iniciativa, foi encaminhado um projeto de fundação de um “Centro Nacional de Fé e Política”, tendo como patrono “Dom Helder Câmara”. Em 26 de agosto de 2004, esse projeto foi aprovado pela Presidência da CNBB e pelo Consep<sup>1</sup>. Em 21 de fevereiro de 2005, por sua vez, em Sessão Solene no auditório da CNBB, foi fundado o “Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara”, com sede em Brasília<sup>2</sup>, que tem como um de seus eixos o acompanhamento das Escolas locais de Fé e Política, além de manter uma Escola Nacional de Fé e Política e uma rede de assessores para essa formação.

---

<sup>1</sup> Cfr. Proposta aprovada pela Direção da CNBB, In: PINHEIRO, José Ernanne (Org.), *Cristãos em ação na política*, p. 139-148.

<sup>2</sup> CNBB. *Ata de Fundação do Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara*. **Comunicado Mensal** 586 (2005) p. 123-124.

Embora essas Escolas de Formação Fé e Política sejam importantes para a formação do laicato e haja uma tentativa de acompanhamento através do Cefep, não há um estudo acadêmico do ponto de vista teológico que verse sobre seu conjunto, mas somente trabalhos<sup>3</sup> referentes a uma ou outra, tanto em nível de especialização quanto de mestrado, a partir de diversas matrizes epistemológicas, relevantes para conhecer as Escolas, mas consideradas individualmente.

Para colaborar com a Igreja do Brasil na continuidade, no aprofundamento e na expansão dessa iniciativa de formação política do laicato, é pertinente este estudo teológico sobre as Escolas de Formação Fé e Política em seu conjunto. Tal estudo visa evidenciar a gênese histórico-pastoral dessa modalidade de formação, o perfil de cada Escola em particular, bem como a teologia subjacente aos seus objetivos e programas de formação, tendo como parâmetro a teologia das relações Fé e Política no Ensino Social da Igreja e na Teologia latino-americana.

### 1.1.

#### Relevância teológico-pastoral do tema estudado

Desde 1891, com a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, a Igreja vem construindo uma Doutrina Social, de início motivada pela Revolução Industrial e pela causa operária, circunscrita à Europa, sob o prisma de uma “filosofia social”. Essa preocupação foi se estendendo, nas últimas décadas, para outros aspectos da realidade, tais como a política, ecológica e planetária, bem como vem adquirindo cada vez mais uma feição teológica.

Em vista desse alargamento da Doutrina Social da Igreja para a questão política, entende-se cada vez mais que essa dimensão precisa ser tematizada em sua relação com a fé cristã. O Vaticano II já afirmara o seguinte:

“A obra redentora de Cristo, que por natureza visa salvar os homens, compreende também a instauração da ordem temporal. Portanto, a missão da Igreja consiste não

---

<sup>3</sup> No que diz respeito a trabalhos acadêmicos, temos estudos sobre as seguintes Escolas (em ordem cronológica): TANGERINO, Márcio Roberto Pereira., *A Escola Diocesana de Educação Política da Diocese de Limeira - EDEP. Uma análise sociológica. Fragmentos de Cultura* vol. 9 (5) 1999, p. 1025-1044; LEMOS, Tales Falleiros. *Educação e Igreja. A experiência da Escola Diocesana de Fé e Política de Guarapuava, 2001-2002*. Monografia (Especialização). Unicentro: Mimeo, 2003, 55p.; HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfoglia. *Escola de Política e Cidadania de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*. Monografia (Especialização). CCEAD/PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2007, 70p.; SILVA, Lúcia de Fátima Gomes. *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008, 147p.

só em levar aos homens a mensagem de Cristo e sua graça, mas também em penetrar e atuar com o espírito do Evangelho as realidades temporais e aperfeiçoá-las”<sup>4</sup>.

Hoje compreende-se que a salvação oferecida em Jesus estende-se a todas as dimensões do ser humano, incluída a ordem política. Portanto, esta não está restrita a uma dimensão pessoal-espiritual, mas existe uma continuidade entre Fé e Política, salvação e transformação social.

É importante elucidar os termos “Fé” e “Política”, para que não se veja no título desta pesquisa a manifestação de um dualismo nefasto, que é exatamente o que essas Escolas de Formação objetivam dirimir.

No que se refere à Fé, ela apresenta uma dimensão de transcendência, sendo sempre uma resposta a uma proposta. Para fins analíticos, pode-se abordá-la nos sentidos clássicos de *fides quae creditur*, isto é, em sua dimensão objetiva, expressa na Revelação, consignada na Tradição da Igreja, como também a *fides qua creditur*, entendida em sua dimensão subjetiva, de resposta pessoal e comunitária, expressa na vida dos fiéis e da comunidade eclesial.

A dimensão de *fides quae* destaca o conteúdo objetivo do ato de fé a partir da Revelação que, nesta pesquisa, refere-se às intervenções da Igreja nas questões sociais e políticas. Diversas expressões são utilizadas para caracterizar a forma da Igreja se expressar sobre essas questões<sup>5</sup>, e que formam um *corpus* de ensinamento social que vem se formando desde Leão XIII (1878-1903), considerado propriamente seu fundador<sup>6</sup>. Nesta pesquisa, emprega-se a expressão *Doutrina Social da Igreja*, como vem sendo chamada pelo magistério recente, para designar esses “princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes para a ação”<sup>7</sup> consignados nas encíclicas sociais pontifícias. No entanto, utiliza-se

<sup>4</sup> VATICANO II., *Decreto Apostolicam Actuositatem*, n. 5 [1350], p. 535.

<sup>5</sup> Fala-se de “Magistério Social da Igreja”, “Ensino Social da Igreja”, “Pensamento Social da Igreja”, “Doutrina Social Católica”, “Teologia Social”, “Moral Social”, “Filosofia Social”, “Catolicismo Social”, “Pensamento Social Católico”.

<sup>6</sup> Alguns costumam colocar a origem desse *corpus* na *Rerum Novarum*. No entanto, é preciso salientar que, anteriormente a ela, Leão XIII já havia abordado temas sociais em outras encíclicas, mas com acento político. Cfr. CAMACHO, Ildefonso., *Doutrina Social da Igreja*, p. 12.

<sup>7</sup> Paulo VI já havia utilizado essa expressão na *Octogesima Adveniens*. Depois, João Paulo II usou a mesma terminologia em seu discurso de abertura da III Conferência Geral do CELAM em Puebla e na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, sendo seguido no documento da Sagrada Congregação para Doutrina da Fé sobre a Libertação. Cfr. PAULO VI., *Octogesima Adveniens*, n. 4, p. 228; JOÃO PAULO II., *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41, p. 527-529; CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação “Libertatis Conscientia”*, n. 72, p. 55.

a perspectiva do *Ensino Social da Igreja* por entender que ele abre mais perspectivas de pesquisa, seja em outros documentos eclesiais em que haja uma referência ao social, como também na história da Teologia, com temas de incidência social e política.

De outra parte, a *fides qua* quer salientar a dimensão subjetiva deste ato, a aceitação da proposta de Deus pelo crente, que é mediatizada pela “experiência”. A fé é ato teologal, enquanto a “experiência” é um conceito antropológico que designa um conhecimento por dentro, partindo da própria relação com o objeto. Nele se dá um círculo hermenêutico a partir de dois pólos: de um lado, o objeto que é “fenômeno”, o que aparece; do outro, o sujeito, que é ciência ou “consciência”, que se inclina sobre o objeto, para penetrá-lo e igualmente deixar-se penetrar por ele. Esse tipo de conhecimento não é dedutivo; é uma percepção simples e imediata. Ela não é nem só objetiva (fundamentalismo), nem só subjetiva (relativismo), mas leva em conta estes dois aspectos<sup>8</sup>. É necessário realizar uma “ruptura epistemológica”<sup>9</sup> para utilizar esse conceito dentro de uma perspectiva teológica, uma vez que Deus não é “objeto” apreendido imediatamente. Dessa maneira, a experiência do mistério de Deus torna-se um encontro que penetra e circunda nossa existência, mediado pelos “sinais dos tempos” que O mostram presente, e a partir dos “lugares teológicos” em que é possível encontrá-Lo. Sendo assim, é importante para esta pesquisa a consideração da Teologia latino-americana sobre a “história” e o “pobre”, como interlocutores privilegiados para essa experiência de Deus.

Para concluir as reflexões em torno do tema da fé, é importante diferenciá-la da “Religião”. Segundo Santo Tomás, a Religião não é a fé, mas a sua manifestação através de símbolos externos<sup>10</sup>. Assim, essa dimensão pode se revestir de uma conotação cultural a partir de um lugar sociológico, constituindo uma das instâncias de organização do real.

---

<sup>8</sup> Cfr. VAZ, Henrique., *A experiência de Deus*, p. 76-77; MIRANDA, Mário França., *Inculturação da fé: uma abordagem teológica*, p. 66-69; GUERRA, A., Verbetes: “Experiência cristã”, In: FIORES, Stefano; GOFFI, Tullo., *Dicionário de Espiritualidade*, p. 388-393.

<sup>9</sup> BACHELARD, Gaston., *A epistemologia*, n. 2, p. 18ss. Este conceito refere-se à passagem de um conhecimento marcado pelo senso comum, para outro nível, o científico. Aqui ele é utilizado no sentido de se passar de uma dimensão do conhecimento, neste caso, a antropológica, para outra, a teológica.

<sup>10</sup> Cfr. TOMÁS DE AQUINO., *Suma Teológica. Justiça, Religião, Virtudes sociais*, v. 6, II seção da II parte, questão 94, artigo 1, adendo 1, p. 442.

Quanto ao segundo termo do binômio, *Política*, esse pode ser entendido a partir de diversos vieses. Um primeiro, de cunho histórico, reporta ao conceito que nasceu na antiga Grécia como a arte de conduzir as coisas da *πόλις pólis*, e passou à história através de Aristóteles como uma forma de conhecimento, embora para o estagirita fosse uma “ciência arquitetônica” que tinha a finalidade de colocar ordem na cidade<sup>11</sup>. Assim, esse termo é usualmente empregado no sentido de indicar a atividade ou o conjunto de atividades que tem em qualquer modo como termo de referimento a *pólis*, ou dizendo, em termos modernos, o Estado<sup>12</sup>.

Outro viés, de cunho pastoral, pode ser encontrado no Ensino Social da Igreja, em que a Política é entendida como uma forma exigente de se viver a caridade a serviço do outro<sup>13</sup>. Nesse sentido, os Bispos latino-americanos distinguem dois níveis na Política: uma esfera geral, de “busca do bem comum”, que é dever de todos os cristãos, e outra mais específica, de “realização concreta” dessa tarefa política fundamental, por aqueles que assumem o exercício do Poder político<sup>14</sup>. De sua parte, a CNBB também distingue dois níveis: do ponto de vista ético ou dos valores, conjunto de ações que oferece condições para a realização do bem comum; e do ponto de vista dos meios ou da organização, em que a política é o exercício do Poder e a luta para conquistá-lo<sup>15</sup>.

É importante, ainda, fazer a distinção entre “Política” e “Político”. Este segundo designa uma das instâncias de organização da sociedade, a do Poder, que se manifesta de diversos modos: democrático, despótico e outros. Por sua vez, “Política” significa o conjunto de atividades de uma sociedade, que visam controlar e repartir o Poder<sup>16</sup>.

Tendo presente os respectivos conceitos de “Fé” e “Política”, é importante salientar que um não é redutível ao outro, pois são diferentes os estatutos teóricos de cada um. Assim, não se poderia falar de uma “fé política” ou de uma “política

<sup>11</sup> ARISTOTELE., *Ética Nicomachea*, Livro I, 2, p. 53.

<sup>12</sup> Cf. BOBBIO, Norberto., *Verbetes: Política*. In: *Dizionario di Politica*, p. 728.

<sup>13</sup> Cfr. PAULO VI., *Octogesima Adveniens*, n. 46, p. 261.

<sup>14</sup> CELAM., *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Documento de Puebla*, n. 521-525, p. 199-200.

<sup>15</sup> Cfr. CNBB., *Igreja, comunhão e missão: na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*, n. 184, p. 80.

<sup>16</sup> Cfr. RICOEUR, Paul. *Le paradoxe politique*. *Esprit* 1957 (II), p. 729-730.

cristã”, pois se macularia a legítima autonomia de cada uma dessas esferas<sup>17</sup>. Quando se afirma o binômio “Fé e Política”, longe de se incorrer em um dualismo, está se valorizando cada uma dessas esferas em sua especificidade epistemológica.

Partindo dos conceitos de “Religião” e “Político”, é importante também afirmar que o interesse do tema deste trabalho não se encontra nas relações entre essas duas instâncias socioculturais, isto é, nas questões derivadas entre “Igreja” e “Estado”, o que mudaria o foco desta pesquisa.

As Escolas de Formação Fé e Política procuram articular em seus objetivos, estratégias e programas de formação a “Fé” e “Política”, pois a Palavra de Deus empenha os cristãos não somente em uma santificação pessoal, mas também na construção da história em consonância com os desígnios de Deus, com práticas que repercutem na organização estrutural da sociedade. Como isso aparece tematizado teologicamente nos objetivos e programas das Escolas? Eis a questão que motiva esta pesquisa.

Além do trabalho desenvolvido pelas Escolas, é de se salientar os encontros nacionais organizados pelo “Movimento Fé e Política”, com afluência de um número crescente de pessoas. Nesses encontros nacionais, a partir de um tema central e de diversas oficinas temáticas, busca-se articular a Fé e a Política a partir da experiência de engajamento dos participantes<sup>18</sup>, ao mesmo tempo em que se constroem propostas a serem implementadas localmente.

Enfim, é a partir da necessidade da Igreja no Brasil em ajudar na formação e na multiplicação das Escolas de Formação Fé e Política, bem como do convite do Ensino Social da Igreja à unidade de vida interior e ação política, dos desafios pastorais nessa área e do interesse por esse assunto, que se entende a relevância teológico-pastoral desta pesquisa.

---

<sup>17</sup> VATICANO II., *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, n. 36 [309-311], p. 178-179.

<sup>18</sup> Este Movimento já realizou sete encontros nacionais: o primeiro, em Santo André-SP (2000), sobre *Mística da Militância*; o segundo, em Poços de Caldas-MG (2002), sobre *As razões de nossa esperança*; o terceiro, em Goiânia-GO (2003), com o tema *Conquistar a terra prometida*; o quarto, em Londrina-PR (2004), sobre *Utopias da Fé e realidades da Política*; o quinto, em Vitória-ES (2006), discutindo *Profetismo no exercício do poder*; o sexto, em Nova Iguaçu-RJ (2007), com o tema *Pelos caminhos da América Latina, uma nova terra*; e o sétimo, em Ipatinga-MG (2009), com o tema *Cuidar da Vida: Espiritualidade, Ecologia e Economia*.

## 1.2.

### **Apresentação do trabalho e sua contribuição para compreensão das questões envolvidas**

O tema “Fé e Política” teve espaço significativo na história recente da Igreja do Brasil. Desde a Ação Católica nas décadas de 50 a 70, especialmente com seus ramos especializados, tem-se buscado uma incidência da fé cristã na vida político-social. A influência de pensadores, como Jacques Maritain e seu “ideal histórico concreto”, bem como do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, que introduziu o pensamento de Emmanuel Mounier e Teilhard Chardin com a “consciência histórica”, foram relevantes nesse período<sup>19</sup>, até o golpe militar de 1964 e a consequente ditadura que se instaurou no País.

Com a redemocratização do final da década de 1980, ganhou espaço a dimensão política em uma dimensão partidária, como conquista e exercício do Poder, a partir do paradigma de uma “cidadania ativa”, com mecanismos para uma democracia participativa. Dentro desse quadro, como uma *Fênix* que ressurgiu das cinzas deixadas pelos anos de 1964 a 1984, quando se vivia com restrições à participação popular, o interesse pelo exercício da política e da prática cidadã retornou às preocupações na formação do laicato, representado pelas Escolas de Formação Fé e Política, foco principal deste trabalho. No entanto, nesta pesquisa essas se restringem às experiências configuradas no seguinte sentido:

1) experiências que tenham um curso regular, com um conteúdo bíblico-teológico a partir do Ensino Social da Igreja, bem como de documentos da Doutrina Social da Igreja, além de matérias auxiliares nas áreas de Ciência e Filosofia Políticas, bem como de Sociologia e matérias afins;

2) tenham como objetivo principal educar e preparar para a militância política a partir da Fé, seja para exercer um cargo eletivo ou então para atuar nos diversos organismos da sociedade e nas Pastorais Sociais;

3) tenham uma metodologia definida e um grupo de assessores;

4) possuam um vínculo estável com a Diocese ou com o Regional da CNBB;

5) tenham sido fundadas até o final do ano de 2005.

---

<sup>19</sup> GOMES DE SOUZA, Luiz Alberto. *Nas origens de Medellín: Da Ação Católica às CEBs e às Pastorais Sociais (1950-1968)*. **CONCILIUM** 296 (2002), p. 32.

A partir dessa delimitação do tema, não constituem objeto dessa pesquisa as seguintes iniciativas, embora se reconheça sua validade:

- 1) atividades como “Encontros Diocesanos de Fé e Política”, “Cursos de Doutrina Social da Igreja” ou “Centros de Defesa de Direitos Humanos”;
- 2) escolas pertencentes a movimentos eclesiais (Cursilho, RCC, Focolares e outros) ou a Instituições de Ensino (Universidades, Institutos);
- 3) escolas que tenham sido fundadas a partir de 2006.

O objetivo deste trabalho é realizar um mapeamento das Escolas de Formação Fé e Política existentes no Brasil, ligadas às Dioceses ou à CNBB. A partir dele, conhecer as escolas para verificar o substrato teológico de seus objetivos e programas de formação, tomando como viés as relações Fé e Política tal como se desenvolveu na América Latina e no Ensino Social da Igreja.

Além do objetivo acima, tem ainda esta pesquisa os seguintes objetivos específicos:

- 1) conhecer as experiências concretas de Escolas de Formação Fé e Política.
- 2) sistematizar os elementos teológicos das relações Fé e Política esparsos no Ensino Social da Igreja;
- 3) propiciar uma reflexão teológica sobre as Escolas de Formação Fé e Política, na linha de uma “motivação para a ação”, como propõe a Doutrina Social da Igreja;
- 4) ser um subsídio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao Centro Nacional de Fé Política ‘Dom Helder Câmara’, bem como às Dioceses e comunidades nessa área importante da pastoral, oferecendo uma fundamentação para as Escolas de Formação Fé e Política.

O corte epistemológico deste trabalho é teológico-pastoral, a partir das relações teológicas entre Fé e Política no Ensino Social da Igreja e na Teologia latino-americana. Outras áreas do conhecimento são utilizadas como suporte, na medida em que contribuam para atingir os objetivos propostos.

A problemática desta pesquisa parte da seguinte afirmação:

“No final dos anos 70 e durante os anos 80, houve grandes esforços de formação para uma atuação na realidade social e política, esforços que continuam nas atuais *Escolas de fé e política*, espalhadas por todo o Brasil”<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> CNBB., *Evangelização e Missão Profética da Igreja*, p. 96.

Tal proposição leva a alguns questionamentos relevantes:

- Quais foram esses “grandes esforços de formação” das décadas citadas? Quem foram seus agentes, quais foram suas estratégias e suas motivações de base?
- Qual é o *novum* aportado pelas Escolas de Formação Fé e Política?
- Tendo a “Fé” como perspectiva nessa modalidade de formação política, que substrato teológico está nela presente?
- Em que pode a reflexão teológica colaborar para o conhecimento sistemático desse fenômeno?

Para responder a esses questionamentos, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

1) as Escolas de Formação Fé e Política dão prosseguimento a um processo de formação política que vem de um passado recente, sendo uma modalidade nova da Igreja atuar dentro do espaço sóciopolítico;

2) a fé cristã evangeliza também o mundo da política, e as Escolas de Formação Fé e Política, mais do que meros cursos de formação política, que qualquer Instituição de Ensino poderia oferecer, são por isso “agências evangelizadoras”;

3) existe uma teologia que subjaz aos objetivos e programas de formação das Escolas, que se configura como a grande novidade aportada por elas à formação política do laicato.

Foi para verificar essas hipóteses e responder aos questionamentos acima que se desenvolveu este trabalho, dividido em sete capítulos, sendo que o primeiro e último são a introdução e a conclusão, respectivamente.

No segundo capítulo são apresentadas algumas experiências histórico-pastorais de formação política. Seu objetivo é visitar o passado recente, para descobrir como evoluiu a formação política dos cristãos.

No terceiro capítulo, em perspectiva sociológica, evidencia-se a mudança de paradigmas ocorrida no final dos anos 1980, que propiciou o surgimento das Escolas de Formação Fé e Política. Nele, ainda, apresentam-se as experiências de Escolas de Formação Fé e Política em andamento, tendo como parâmetro a Campanha da Fraternidade de 1996 e partindo do cadastro feito pelo Centro

Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara, tanto o cadastro publicado<sup>21</sup> quanto o que ainda está em seu arquivo<sup>22</sup>.

Tendo presente isto, são apresentadas treze Escolas de Formação Fé e Política, sendo três dessas no Rio Grande do Sul, três em São Paulo, duas no Paraná, duas em Minas Gerais, uma em Rondônia, uma no Rio de Janeiro, e uma em Pernambuco. Foram realizadas algumas visitas *in loco* para conhecer o funcionamento dessas Escolas e coletar documentos necessários para fundamentar esta pesquisa.

No quarto capítulo, por sua vez, são apresentados os elementos relevantes da teologia das relações Fé e Política no Ensino social da Igreja, mormente da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e da Teologia latino-americana, tendo como referencial o tríplice viés indicado pela *Evangelii Nuntiandi*, a saber: de ordem antropológica, teológica e evangélica<sup>23</sup>. Este capítulo divide-se em duas partes.

Na primeira parte são apresentados elementos de antropologia teológica, primeiro elemento da tríade da *Evangelii Nuntiandi*, relevantes para uma formação Fé e Política. Seu objetivo é mostrar que o ser humano é situado em sua corporeidade e em seu contexto socio-histórico e cultural, e que tudo isto concorre para uma formação política. Nada do que é autenticamente humano é alheio à fé.

Na segunda parte, em referência ao terceiro aspecto indicado na tríade da *Evangelii Nuntiandi*, salienta-se a importância da “caridade” para a organização da vida social, unida imprescindivelmente à prática da justiça, como elemento evangélico necessário para uma relação Fé e Política, sendo a política uma forma exigente de se viver a caridade cristã.

O quinto capítulo, concluindo a tríade da *Evangelii Nuntiandi*, delinea alguns elementos bíblico-teológicos referentes a uma formação Fé e Política, mostrando que o Deus bíblico, que se revelou plenamente em Jesus Cristo, não está ausente do mundo e da história, mas a assume como *locus* de sua manifestação, especialmente a partir do evento paradigmático do Êxodo.

---

<sup>21</sup> Cfr. PINHEIRO, José Ernanne (Org.), *Cristãos em ação na política*, p. 131-138; Id., *Resgatar a dignidade da política*, p. 279-289.

<sup>22</sup> CEFEP. *Escolas de Fé Política*. Brasília: Arquivo do Cefep, 2007, mimeo (não catalogado).

<sup>23</sup> PAULO VI., *Evangelii Nuntiandi*, n. 31, p. 401.

Finalmente, a partir do que foi indicado nos capítulos precedentes, o sexto capítulo apresenta um estudo teológico das Escolas de Formação Fé e Política, tomando como base seus objetivos, programas e conteúdos, bem como trabalhos e depoimentos de cursistas, evidenciando suas ênfases teológicas e a teologia que lhes subjaz.

A contribuição deste trabalho para a compreensão das Escolas de Formação Fé e Política e das questões a ela conexas podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1) esta pesquisa evidencia a relevância da Fé para a formação política dos leigos e, *a fortiori*, para o mundo da Política, desfazendo o dualismo que apresenta essas realidades como antagônicas e díspares;

2) o conhecimento sistemático das experiências das Escolas de Formação Fé e Política poderá ser instrumento de grande valia para a Igreja do Brasil, no sentido de acompanhar, apoiar e aprofundar essas iniciativas, servindo como subsídio ao Centro Nacional de Fé e Política ‘Dom Helder Câmara’;

3) este estudo teológico poderá ser também uma valiosa ajuda para as Dioceses que desejam iniciar uma Escola de Formação Fé e Política, oferecendo fundamentação teológico-pastoral para esse trabalho e socializando as experiências em andamento no Brasil;

4) no que tange propriamente às Escolas, esta pesquisa proporciona indicações para encaminhamento de seus trabalhos, a partir da experiência de outras Escolas. Esse frutuoso confronto com outras realidades será saudável para atualizar seus objetivos e programas, dentro de uma legítima autonomia e de acordo com sua realidade;

5) esta pesquisa ainda, ao destacar o trabalho realizado pelas Escolas de Formação Fé e Política, as coloca no centro das atenções das Dioceses e de outras esferas eclesiais e acadêmicas, valorizando seus agentes no ideal de buscar uma política voltada efetivamente para o bem comum, baseada na justiça e na solidariedade.

Alguns fatores dificultaram a consecução deste trabalho. Foram eles:

1) o material produzido pelas Escolas é exíguo, mormente o que tange ao conteúdo ensinado aos cursistas;

2) salvo uma ou outra Escola, a maioria delas não documenta seu trabalho, suas realizações e suas iniciativas;

3) o primeiro contato foi difícil, seja o feito por telefone ou via postal e eletrônica, o que demandou tempo e paciência para contatar as escolas.

No entanto, superadas essas dificuldades, apresenta-se este texto. O que se espera é que ele seja instrumento útil para todos os que se dedicam a essa área pastoral das relações Fé e Política.

Pessoalmente, o contato direto com cada uma das Escolas de Formação Fé e Política, seja à distância ou *in loco*, foi oportunidade ímpar de partilha de experiências, de crescimento na utopia comum, de percepção de que uma outra política é possível, além dos relacionamentos de amizade nascidos desses contatos.

Sendo um trabalho assaz amplo, que aborda várias escolas, de diferentes regiões do país, corre-se o risco de se perder em profundidade. No entanto, o objetivo desta pesquisa é exatamente ganhar em extensão, oferecendo um instrumento acadêmico para que se possibilitem ulteriores estudos de cunho mais particularizado. Espera-se, especialmente, que este trabalho seja uma motivação para que novas Escolas de Formação Fé e Política sejam criadas.